

Vol. 1, No. 3 (junho 2026)

REVISTA ATHENA LATINHO-AMERICANA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO: Contribuições do professor mediador para a aprendizagem significativa

Inclusive Education and Autism: Contributions of the Mediating Teacher to Meaningful Learning

Priscilla Patrício de Holanda¹
Flavianne Melo Curã Braga²
Ângela Ribeiro Machado³

Revista Athena Latino-Americana
DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000015
ISSN: [3086-5182](https://doi.org/10.69720/3086-5182)

¹Mestra em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Graduada em Pedagogia – Faculdade Cathedral.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3684894396289258>

E-mail: priscyholanda@gmail.com

²Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Graduada em Pedagogia – Instituto de Educação e Ensino Superior de Samambaia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0722265674204771>

E-mail: flavicura@gmail.com

³Graduada em Pedagogia pela Unicaldas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5768177922349219>

E-mail: angelaribeiromachado902@gmail.com



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AUTISMO: Contribuições do professor mediador para a aprendizagem significativa

Priscilla Patrício de Holanda, Flavianne Melo Curã Braga e
Ângela Ribeiro Machado



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios e avanços das políticas educacionais contemporâneas, especialmente no atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse contexto, o professor mediador desempenha papel fundamental na promoção da aprendizagem significativa, da participação social e do desenvolvimento integral desses estudantes. O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições do professor mediador no processo de inclusão e aprendizagem de alunos com autismo no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em autores como Vygotsky, Mantoan, Cunha, Orrú, Baptista e Carvalho, além de documentos legais que orientam a educação inclusiva no Brasil. Os resultados evidenciam que a atuação do professor mediador favorece a comunicação, a interação social, a adaptação curricular e a construção de estratégias pedagógicas que potencializam a aprendizagem significativa dos estudantes com TEA. Conclui-se que a mediação pedagógica constitui elemento essencial para a efetivação da inclusão escolar e para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos autistas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Autismo; Professor Mediador; Aprendizagem Significativa; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

Inclusive education represents one of the main challenges and advances of contemporary educational policies, especially regarding the education of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). In this context, the mediating teacher plays a fundamental role in promoting meaningful learning, social participation, and integral development. This article aims to analyze the contributions of the mediating teacher to the inclusion and learning process of students with autism in school settings. This study consists of qualitative bibliographic research based on authors such as Vygotsky, Mantoan, Cunha, Orrú, Baptista, and Carvalho, as well as legal documents guiding inclusive education in Brazil. The findings indicate that the mediating teacher contributes significantly to communication, social interaction, curriculum adaptation, and the implementation of pedagogical strategies that foster meaningful learning for students with ASD. It is concluded that pedagogical mediation is essential for effective school inclusion and for the development of autistic students' potential.

Keywords: *Inclusive Education; Autism; Mediating Teacher; Meaningful Learning; School Inclusion*

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos principais paradigmas educacionais voltados à promoção da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade humana. Fundamentada nos princípios dos direitos humanos, essa perspectiva busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas características físicas, cognitivas, sensoriais, culturais ou sociais. Dessa forma, a inclusão escolar ultrapassa a simples presença do estudante na escola, exigindo condições efetivas para sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

A construção desse paradigma resultou de importantes transformações históricas e sociais. Durante muitos anos, estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas foram excluídos dos sistemas regulares de ensino e encaminhados para instituições segregadas. Essa realidade começou a ser questionada a partir da segunda metade do

século XX, especialmente em razão dos movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos e da democratização da educação.

A partir da década de 1990, documentos internacionais passaram a influenciar significativamente as políticas educacionais voltadas à inclusão. A Declaração de Salamanca, publicada pela UNESCO em 1994, estabeleceu que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas ou sociais. Esse documento tornou-se um marco para a consolidação das políticas inclusivas em diversos países, incluindo o Brasil.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 assegurou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) fortaleceram o direito das pessoas com

deficiência à escolarização em classes comuns do ensino regular.

Entre os estudantes contemplados por essas políticas encontram-se aqueles diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O autismo caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes níveis, a comunicação, a interação social e os padrões comportamentais. Entretanto, as manifestações do transtorno são heterogêneas, fazendo com que cada indivíduo apresente necessidades, potencialidades e formas particulares de aprendizagem.

Conforme Orrú (2017), compreender o autismo requer superar visões reducionistas que enfatizam apenas déficits e limitações. A autora destaca que os estudantes autistas possuem formas singulares de compreender o mundo, exigindo da escola práticas pedagógicas flexíveis e sensíveis às suas especificidades.

Nesse cenário, destaca-se a figura do professor mediador. Esse profissional desempenha papel fundamental na promoção da inclusão escolar ao auxiliar o estudante na compreensão das atividades, na comunicação, na interação social e na participação nas experiências educacionais. Sua atuação contribui para a eliminação de barreiras que dificultam a aprendizagem e favorece o desenvolvimento da autonomia.

A importância da mediação pedagógica encontra respaldo na teoria histórico-cultural de Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais. Para o autor, o desenvolvimento humano é resultado da relação entre o indivíduo e o meio social, sendo a mediação elemento essencial para a construção do conhecimento. Desse modo,

O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas (Vygotsky, 1998, p. 113).

Essa perspectiva evidencia que a presença de mediadores qualificados pode ampliar significativamente as oportunidades de aprendizagem dos estudantes com TEA, possibilitando avanços acadêmicos, sociais e emocionais.

Além dos aspectos relacionados à

aprendizagem, a mediação pedagógica contribui para o fortalecimento da autoestima, da autonomia e das habilidades sociais dos estudantes. Ao promover interações significativas e estratégias adaptadas às necessidades individuais, o professor mediador favorece a construção de experiências educacionais mais inclusivas e participativas.

A relevância desta pesquisa justifica-se pelo crescimento do número de matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista na educação básica brasileira e pela necessidade de aprofundar os estudos sobre práticas pedagógicas inclusivas. Embora a legislação assegure o direito à inclusão escolar, ainda persistem desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos pedagógicos e à efetivação das políticas públicas no cotidiano das escolas.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as contribuições do professor mediador para a promoção da aprendizagem significativa de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no contexto da educação inclusiva?

O objetivo geral consiste em analisar a importância da mediação pedagógica para a aprendizagem significativa de estudantes com TEA. Como objetivos específicos, pretende-se compreender os fundamentos da educação inclusiva, caracterizar as especificidades educacionais do autismo, discutir os pressupostos teóricos da mediação da aprendizagem e identificar as contribuições do professor mediador para o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Acredita-se que os resultados desta pesquisa poderão contribuir para o fortalecimento das práticas inclusivas e para a ampliação das discussões acadêmicas acerca da mediação pedagógica na educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais.

A escolha dessa metodologia justifica-se pela possibilidade de reunir diferentes contribuições teóricas acerca da educação inclusiva, do Transtorno do Espectro Autista e da atuação do professor mediador. A pesquisa

bibliográfica permite analisar criticamente os conhecimentos produzidos sobre determinado tema, favorecendo a compreensão de fenômenos educacionais complexos.

Foram consultadas obras clássicas e contemporâneas das áreas da Educação, Psicologia da Educação e Educação Especial, bem como legislações e documentos normativos que orientam as políticas de inclusão escolar no Brasil. Entre os autores analisados destacam-se Vygotsky (1998), Ausubel (2003), Mantoan (2015), Carvalho (2019), Cunha (2020), Orrú (2017) e Baptista (2018).

A análise dos dados fundamentou-se na interpretação crítica dos referenciais teóricos selecionados, buscando identificar as contribuições da mediação pedagógica para a promoção da aprendizagem significativa dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

DESENVOLVIMENTO

Educação Inclusiva: fundamentos históricos, políticos e legais

A educação inclusiva constitui um dos mais importantes movimentos educacionais contemporâneos, fundamentado nos princípios da igualdade, da equidade e do respeito à diversidade humana. Sua proposta ultrapassa a simples inserção de estudantes com deficiência nas escolas regulares, buscando garantir condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento para todos os sujeitos.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão social e educacional. Durante séculos, prevaleceu a ideia de que esses indivíduos eram incapazes de aprender e conviver em ambientes comuns, sendo frequentemente segregados em instituições especializadas. Apenas a partir do século XX, com o fortalecimento dos movimentos em defesa dos direitos humanos, começaram a surgir discussões voltadas à construção de sistemas educacionais mais democráticos e inclusivos.

Nesse contexto, a educação inclusiva passou a ser compreendida como um direito fundamental. Segundo Mantoan (2015), a inclusão representa uma transformação profunda na maneira de conceber a escola e a educação, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e culturais. Conforme afirma a autora:

A educação inclusiva constitui um paradigma fundamentado nos direitos humanos que combina igualdade e

diferença como valores indissociáveis. Sua proposta ultrapassa a simples inserção de estudantes com deficiência em classes comuns, exigindo transformações nas práticas pedagógicas, na organização escolar e na concepção de ensino, de forma a assegurar a participação e a aprendizagem de todos os estudantes (Mantoan, 2015, p. 43).

No cenário internacional, um dos documentos mais importantes para a consolidação da inclusão escolar foi a Declaração de Salamanca, elaborada pela UNESCO em 1994. O documento estabelece que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. A Declaração de Salamanca afirma que:

As escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes para combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar educação para todos. Além disso, proporcionam educação efetiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, em última instância, a relação custo-benefício de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p. 9).

No Brasil, a consolidação das políticas inclusivas ocorreu por meio de importantes dispositivos legais. A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Já o artigo 208 estabelece a garantia do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reforça esse princípio ao determinar que a educação especial seja oferecida preferencialmente na rede regular. Posteriormente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidou o entendimento de que os estudantes público-alvo da educação especial devem frequentar escolas comuns, recebendo apoio complementar quando necessário.

Outro marco importante foi a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação reconheceu a pessoa com autismo como pessoa com deficiência para

todos os efeitos legais, garantindo-lhe acesso aos direitos educacionais.

Mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) fortaleceu os princípios da educação inclusiva ao assegurar a oferta de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

Dessa forma, observa-se que os avanços legais conquistados ao longo das últimas décadas contribuíram significativamente para a ampliação do acesso dos estudantes com deficiência às escolas regulares. Entretanto, a efetivação da inclusão depende não apenas da legislação, mas também da implementação de práticas pedagógicas capazes de promover participação e aprendizagem.

Transtorno do Espectro Autista e suas implicações educacionais

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação social e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), o autismo manifesta-se em diferentes níveis de suporte, variando significativamente entre os indivíduos. Essa diversidade explica a utilização do termo "espectro", que evidencia a ampla heterogeneidade das características apresentadas pelas pessoas autistas.

As manifestações do TEA podem envolver dificuldades na comunicação verbal e não verbal, desafios relacionados à interação social, interesses restritos, necessidade de previsibilidade e alterações sensoriais. Contudo, essas características não devem ser interpretadas como incapacidade para aprender.

Cunha (2020) destaca que os estudantes com autismo possuem potencialidades que frequentemente não são reconhecidas pela escola tradicional. Segundo o autor:

O autismo não representa incapacidade para aprender. O que existe são formas diferenciadas de aprender que precisam ser compreendidas e respeitadas pela escola. Quando o ensino considera as características individuais do estudante, novas possibilidades de desenvolvimento tornam-se possíveis (Cunha, 2020, p. 64).

Essa compreensão exige que os profissionais da educação abandonem

perspectivas centradas exclusivamente nas limitações e passem a valorizar as potencialidades dos estudantes. Orrú (2017) também ressalta a importância de compreender o autismo a partir de uma perspectiva inclusiva. Para a autora:

O estudante autista não deve ser definido por suas limitações comunicativas ou sociais. É preciso compreender que existem diferentes formas de expressão, interação e aprendizagem. A diversidade dos modos de ser e aprender constitui elemento fundamental para a construção de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas (Orrú, 2017, p. 76).

No ambiente escolar, as características do TEA podem influenciar diretamente a aprendizagem. Muitos estudantes apresentam dificuldades para compreender instruções abstratas, interpretar regras sociais implícitas ou adaptar-se a mudanças inesperadas na rotina.

Entretanto, pesquisas demonstram que estratégias pedagógicas estruturadas, recursos visuais, tecnologias assistivas e mediação adequada podem favorecer significativamente o desenvolvimento desses estudantes.

Dessa forma, a inclusão de alunos com autismo exige planejamento, flexibilidade curricular e práticas pedagógicas que respeitem os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

A teoria histórico-cultural e a mediação da aprendizagem

A compreensão do papel do professor mediador encontra importante fundamentação na Teoria Histórico-Cultural desenvolvida por Lev Vygotsky. Para esse autor, o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Vygotsky rompeu com concepções que compreendiam a aprendizagem como resultado exclusivo da maturação biológica. Em sua perspectiva, o desenvolvimento cognitivo é profundamente influenciado pelas experiências culturais e pelas relações estabelecidas com outras pessoas.

Nesse contexto, a mediação assume papel central. O conhecimento não é construído de maneira isolada, mas por meio da interação com pessoas mais experientes que auxiliam o aprendiz na compreensão da realidade.

Um dos conceitos mais importantes da teoria vygotskyana é a Zona de

Desenvolvimento Proximal (ZDP). Esse conceito refere-se à distância entre aquilo que o estudante consegue realizar sozinho e aquilo que é capaz de realizar com auxílio. Conforme explica Vygotsky:

A Zona de Desenvolvimento Proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação. Essas funções poderão desenvolver-se por meio da cooperação com adultos ou colegas mais experientes, tornando-se posteriormente parte do desenvolvimento real do indivíduo (Vygotsky, 1998, p. 112).

A partir dessa perspectiva, o professor mediador atua como facilitador da aprendizagem, oferecendo suporte temporário para que o estudante avance progressivamente em seu desenvolvimento.

No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, essa atuação torna-se especialmente relevante. O mediador auxilia na organização das atividades, na compreensão das instruções, na interação social e na construção da autonomia, favorecendo o acesso ao currículo escolar.

Além disso, a teoria histórico-cultural destaca que o desenvolvimento não ocorre apenas no âmbito cognitivo. Aspectos emocionais, sociais e culturais também influenciam a aprendizagem, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas integradas e contextualizadas.

Dessa forma, a mediação pedagógica constitui um importante instrumento para a promoção da inclusão escolar e para a construção de aprendizagens significativas entre estudantes com TEA.

O professor mediador e a aprendizagem significativa

A efetivação da educação inclusiva exige a construção de práticas pedagógicas capazes de responder à diversidade presente no ambiente escolar. Nesse contexto, o professor mediador desempenha papel fundamental ao favorecer a participação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas atividades acadêmicas, sociais e culturais desenvolvidas pela escola.

Embora a legislação brasileira reconheça a necessidade de apoio aos estudantes público-alvo da Educação Especial, a atuação do professor mediador ainda gera discussões acerca de suas atribuições e limites. De maneira

geral, compreende-se que esse profissional atua como facilitador dos processos de ensino e aprendizagem, contribuindo para a eliminação das barreiras que dificultam a participação escolar.

Segundo Baptista (2018), a mediação pedagógica não deve ser compreendida como uma prática isolada ou centrada exclusivamente no estudante. Trata-se de uma ação colaborativa que envolve professores, equipe gestora, família e demais profissionais da educação. O autor afirma que:

A inclusão exige a construção de práticas colaborativas. Nenhum profissional, isoladamente, é capaz de responder à complexidade das demandas educacionais contemporâneas. O trabalho coletivo entre professores, mediadores, gestores, famílias e especialistas constitui condição fundamental para o sucesso dos processos inclusivos (Baptista, 2018, p. 81).

Nesse sentido, o professor mediador não substitui o professor regente nem assume a responsabilidade exclusiva pela aprendizagem do estudante. Sua atuação ocorre em parceria com os demais profissionais da escola, contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades do aluno.

Entre suas principais atribuições destacam-se:

- mediação das atividades pedagógicas;
- apoio à comunicação e interação social;
- adaptação de recursos didáticos;
- auxílio na organização das rotinas escolares;
- promoção da autonomia;
- acompanhamento do desenvolvimento acadêmico e social;
- colaboração com a equipe pedagógica e com a família.

Ao desempenhar essas funções, o mediador contribui para que o estudante participe efetivamente das experiências educacionais, fortalecendo seu vínculo com a escola e ampliando suas oportunidades de aprendizagem.

A discussão acerca da aprendizagem significativa encontra importante fundamentação na teoria desenvolvida por David Ausubel. Para esse autor, a aprendizagem ocorre de forma significativa quando novos conhecimentos são relacionados aos conhecimentos previamente existentes na

estrutura cognitiva do indivíduo.

Diferentemente da aprendizagem mecânica, baseada na memorização e repetição de informações, a aprendizagem significativa possibilita a compreensão, a retenção e a aplicação dos conhecimentos em diferentes contextos. Segundo Ausubel (2003):

O fator isolado mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Descubra isso e ensine-o de acordo. A aprendizagem significativa ocorre quando novas informações encontram conceitos relevantes na estrutura cognitiva do indivíduo, estabelecendo relações capazes de produzir compreensão e retenção duradoura do conhecimento (Ausubel, 2003, p. 23).

Essa perspectiva apresenta grande relevância para a educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, uma vez que destaca a importância de considerar os conhecimentos prévios, os interesses e as experiências individuais no planejamento pedagógico.

Nesse contexto, o professor mediador assume papel estratégico ao identificar as formas particulares pelas quais o estudante aprende e interpreta o mundo. Muitos estudantes autistas apresentam interesses específicos e elevados níveis de concentração em determinadas áreas do conhecimento. Quando esses interesses são incorporados às atividades pedagógicas, tornam-se importantes instrumentos para a construção da aprendizagem significativa.

Além disso, o mediador contribui para a organização dos conteúdos de forma estruturada, favorecendo a compreensão dos conceitos e reduzindo as dificuldades relacionadas à abstração.

A utilização de recursos visuais, materiais concretos, tecnologias assistivas e estratégias diferenciadas constitui importante ferramenta para aproximar os conteúdos escolares da realidade do estudante, tornando o processo educativo mais significativo e acessível.

As dificuldades relacionadas à comunicação e à interação social representam algumas das características mais frequentemente observadas em estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Essas dificuldades podem influenciar diretamente o desempenho acadêmico e a participação nas atividades escolares.

Por essa razão, o professor mediador desempenha papel essencial na promoção de estratégias que favoreçam a comunicação e a interação social. Segundo Orrú (2017):

A comunicação não deve ser compreendida apenas como linguagem oral. Existem diferentes formas de expressão que precisam ser reconhecidas e valorizadas pela escola. A inclusão depende da capacidade de compreender e acolher os diversos modos de comunicação presentes entre os estudantes (ORRÚ, 2017, p. 89).

Nesse sentido, diversas estratégias podem ser utilizadas para favorecer a comunicação dos estudantes com TEA, entre elas:

- Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA);
- agendas visuais;
- rotinas ilustradas;
- pictogramas;
- pranchas de comunicação;
- recursos digitais;
- aplicativos educacionais.

Esses recursos contribuem para a compreensão das atividades, da rotina escolar e das interações sociais, reduzindo situações de ansiedade e favorecendo a autonomia.

As tecnologias assistivas também desempenham papel importante na promoção da inclusão escolar. Conforme destaca Carvalho (2019), a utilização de recursos tecnológicos adequados pode ampliar significativamente as possibilidades de participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Além disso, o mediador atua como facilitador das relações interpessoais, auxiliando o estudante na compreensão das normas sociais, na resolução de conflitos e na construção de vínculos com colegas e professores.

Essas experiências favorecem o desenvolvimento das habilidades sociais e contribuem para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

Mediação pedagógica e desenvolvimento da autonomia

A promoção da autonomia constitui um dos principais objetivos da educação inclusiva. No caso dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, o desenvolvimento da independência representa importante fator para a participação social e para a construção da cidadania.

Entretanto, a atuação do professor

mediador não deve gerar dependência permanente. Pelo contrário, sua função consiste em oferecer apoio temporário, favorecendo a construção gradual da autonomia. Conforme destaca Cunha (2020):

O trabalho pedagógico voltado ao estudante autista deve priorizar a construção da independência. O apoio oferecido pelo mediador não pode gerar dependência permanente, mas favorecer o desenvolvimento de habilidades que permitam ao estudante realizar atividades de forma cada vez mais autônoma e segura. O objetivo da mediação é tornar-se cada vez menos necessária à medida que o estudante desenvolve competências para agir de forma independente (Cunha, 2020, p. 137).

Essa perspectiva evidencia que a mediação pedagógica deve ser planejada de forma estratégica, respeitando o ritmo de desenvolvimento do estudante.

Ao incentivar a tomada de decisões, a resolução de problemas e a participação ativa nas atividades escolares, o professor mediador contribui para o fortalecimento da autoconfiança e da autoestima.

A autonomia desenvolvida no ambiente escolar tende a refletir positivamente em outros contextos sociais, ampliando as possibilidades de participação do estudante na família, na comunidade e no mundo do trabalho.

Apesar dos avanços alcançados pelas políticas inclusivas, ainda existem diversos desafios relacionados à atuação do professor mediador.

Entre os principais obstáculos identificados pela literatura destacam-se:

- insuficiência de formação específica;
- indefinição das atribuições profissionais;
- escassez de recursos pedagógicos;
- ausência de planejamento colaborativo;
- resistência institucional às práticas inclusivas;
- sobrecarga de trabalho.

Segundo Carvalho (2019):

A inclusão não depende apenas da presença do estudante na escola. Ela exige condições concretas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Quando essas condições não são garantidas, a inclusão corre o risco de transformar-se

em mera integração física, sem efetiva construção do conhecimento (Carvalho, 2019, p. 102).

Essa reflexão demonstra que a inclusão escolar não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor mediador. Trata-se de um compromisso coletivo que envolve gestores, professores, famílias e políticas públicas.

Dessa forma, torna-se fundamental investir na formação continuada dos profissionais da educação, na ampliação dos recursos pedagógicos e na construção de culturas escolares comprometidas com a diversidade.

Os estudos analisados evidenciam que a mediação pedagógica constitui uma estratégia essencial para a promoção da aprendizagem significativa dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Contudo, sua efetividade depende de condições institucionais adequadas e de uma concepção de educação que reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos referenciais teóricos permitiu compreender que a educação inclusiva representa um importante avanço na garantia dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, especialmente dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Mais do que assegurar o acesso à escola regular, a inclusão exige condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Os estudos de Vygotsky, Ausubel, Mantoan, Carvalho, Cunha, Orrú e Baptista evidenciam que a mediação pedagógica desempenha papel fundamental nesse processo. A atuação do professor mediador favorece a construção de ambientes educacionais mais acessíveis, acolhedores e participativos, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes com TEA.

Verificou-se que a mediação pedagógica possibilita a ampliação das oportunidades de aprendizagem significativa ao considerar os conhecimentos prévios, os interesses e as especificidades de cada estudante. Além disso, o mediador contribui para o fortalecimento da comunicação, da interação social, da autonomia e da autoestima, aspectos fundamentais para a inclusão escolar e social.

Os resultados também evidenciaram que a efetivação da inclusão depende do trabalho colaborativo entre professores,

gestores, famílias e demais profissionais envolvidos no processo educativo. A atuação do professor mediador, embora essencial, não substitui a responsabilidade coletiva da escola na construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Conclui-se, portanto, que a mediação pedagógica constitui uma importante estratégia para a promoção da aprendizagem significativa dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, contribuindo para a redução das barreiras educacionais e para a valorização da diversidade humana. Entretanto, torna-se indispensável ampliar investimentos em formação docente, recursos pedagógicos e políticas públicas capazes de fortalecer a educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem empiricamente a atuação dos professores mediadores em diferentes contextos educacionais, contribuindo para a produção de conhecimentos que possam orientar práticas pedagógicas cada vez mais eficazes e comprometidas com os princípios da inclusão.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David Paul. *Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva*. Lisboa: Plátano, 2003.

BAPTISTA, Claudio Roberto. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. 12. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 10. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

DSM-5-TR. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

ORRÚ, Sílvia Ester. *Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.